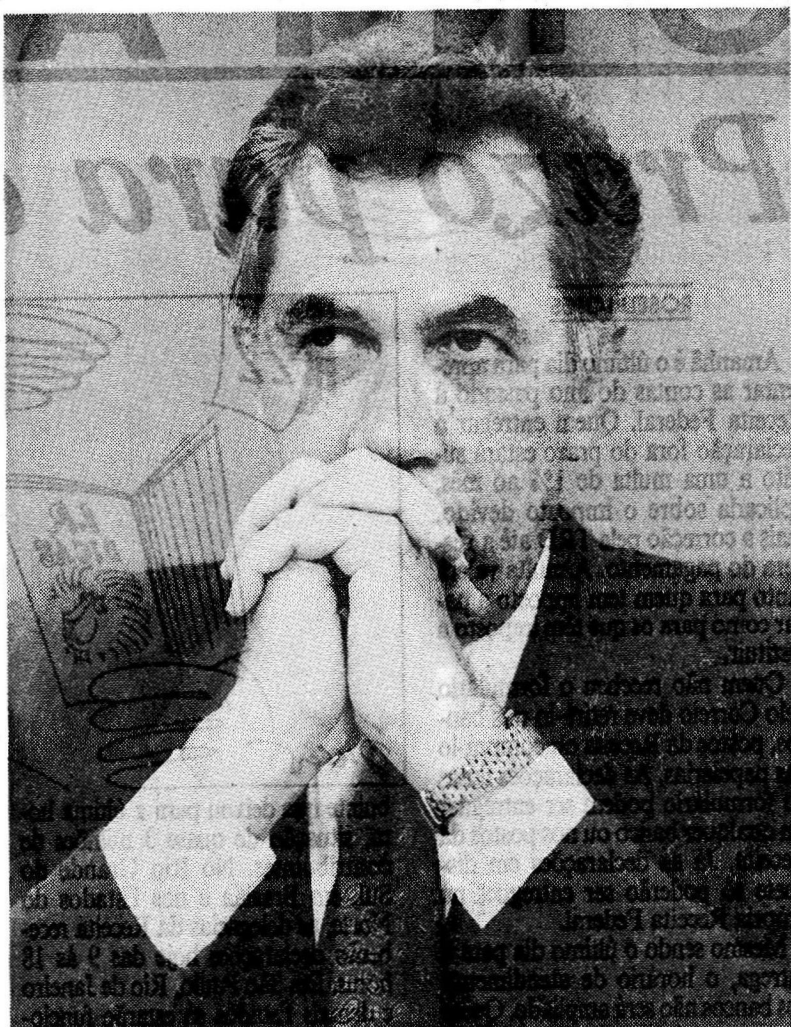




Júlio Alcântara/AE — 18/3/91

Sochaczewski, presidente do Banespa: alta dos juros é armação dos bancos

Estados pressionam por auxílio federal

Técnicos põem em dúvida pressão de Brasília para governadores endividados arrumarem suas contas

MAURÍCIO CORRÊA

BRASÍLIA — Um assessor graduado do ministro da Economia descobriu quinta-feira, na tela do computador, uma informação preocupante: um excesso de 34% sobre os limites de financiamento aos Estados e municípios fixados pelo BC na Resolução nº 1718, de 29 de maio do ano passado. O descontrole resultou do excesso de gastos e dos altos juros pagos pelos governos estaduais para refinarçar seus papéis no mercado.

Quando governos de grandes Estados e dos dois principais municípios do País, São Paulo e Rio de Janeiro, não cortam gastos e insistem em pressionar o déficit público, fica difícil estancar a inflação, apesar do esforço de controle das contas federais. Segundo um técnico do Ministério da Economia, os Estados resgataram apenas 14% dos compromissos assumidos com o BC em março e abril.

Os governos estaduais iniciaram nos últimos dias dois movimentos descritos como incômodos por funcionários do Ministério da Economia. Primeiro, passaram a recorrer insistentemente aos bancos privados na busca de recursos para refinarçar 25% de suas letras mobiliárias. Enquanto o Banco Central, por força dos acordos de março e abril, estava financiando 100% das dívidas, os governadores não cuidaram do ajustamento das contas estaduais. Mas agora o BC está bancando 75% desse refinarciamento e, como os Tesouros dos Estados estão em baixa, os bancos estaduais têm de aceitar as altas taxas impostas pelo mercado.

Além disso, os governadores dos principais Estados iniciaram uma forte pressão sobre o Ministério da Economia para anular a decisão do

BC que reduziu o refinarciamento dos títulos de 100% para 75%. Como se não bastassem as pressões diretamente exercidas pelos governadores Hélio Garcia (MG), Luiz Antônio Fleury Filho (SP), Leonel Brizola (RJ) e Alceu Collares (RS), o secretário da Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brandt, enviou na semana passada um documento ao Ministério da Economia para denunciar privilégios que estariam sendo concedidos ao governo de São Paulo.

Na quinta-feira, enquanto percorria diversos gabinetes de diretores do BC, o presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Antônio Cláudio Sochaczewski, disse que o problema dos juros é apenas "uma armação do mercado, que ganha muito dinheiro com a elevação". Armação ou não, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal) terá de enfrentar as condições do mercado, amanhã, para refinarçar Cr\$ 60 bilhões.

Segundo alguns técnicos do BC, não haverá medida de impacto para enquadrar as finanças estaduais, pois, argumentam, o presidente Fernando Collor já teria sido dominado pela força política dos governadores. Essa opinião é partilhada por um assessor do Ministério da Economia, que lembra as manobras do presidente Fernando Collor para se aproximar dos governadores Fleury, Brizola, Collares e Garcia. Alguns funcionários do BC, porém, ainda sustentam que o Ministro da Economia poderá tomar medidas drásticas para controlar o problema das dívidas estaduais.

Os Estados e as capitais do Rio e de São Paulo apresentavam em junho um saldo devedor, só em títulos da dívida pública, de quase Cr\$ 3 trilhões, cerca de US\$ 9,5 bilhões. O Estado de São Paulo deve Cr\$ 1 trilhão, enquanto os quatro maiores Estados (SP, MG, RS e RJ) têm juntos compromissos da ordem de Cr\$ 2,5 trilhões (83% do total de todos os Estados).

A dívida de cada um

Dívida mobiliária de Estados e municípios — em Cr\$ bilhões

	31/1/91	30/4/91	30/6/91
Bahia	37,2	44,4	53,7
Ceará	4,9	6,3	7,7
Espírito Santo	6,0	7,7	9,3
Goiás	28,9	37,7	45,5
Mato Grosso	7,8	10,1	12,2
Minas Gerais	358,9	478,7	575,7
Paraíba	5,4	3,2	3,4
Paraná	16,7	21,5	26,0
Piauí	0,2	0,1	0,1
Rio de Janeiro	308,3	394,1	473,5
Rio G. do Sul	294,5	378,3	455,1
Rio G. do Norte	8,1	8,4	10,1
Santa Catarina	38,4	48,6	55,9
São Paulo	679,4	874,7	1.044,5
Prefeituras			
Rio	58,6	75,0	90,2
São Paulo	82,8	105,4	127,2
TOTAIS	1.937,2	2.204,2	2.990,9

Fonte: Banco Central